REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL
ATA NÚMERO VINTE E SETE
DE VINTE E TRÊS DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E UM

---------Aos vinte e três dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, nesta vila de Castro Daire e Auditório da Assembleia Municipal, reuniu a Câmara Municipal, em conformidade com o disposto nos números um e dois, do artigo 40.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de doze de setembro. ----------

---------**PRESENÇAS:** ----------

---------**Presidência da reunião:** ----------

---------Paulo Martins de Almeida, Presidente da Câmara Municipal.----------

---------**Vereadores presentes:**----------

---------Luís de Paiva Lemos, Vice-Presidente da Câmara Municipal.----------

---------Horácio António de Paiva Ribeiro, Vereador em regime de não permanência. ----------

---------Idália Sofia Ferreira Ribeiro, Vereadora a tempo inteiro. ----------

---------Armando Rodrigues de Lemos, Vereador a tempo inteiro. ----------

---------Vitor Manuel Oliveira da Silva, Vereador em regime de não permanência. ----------

---------Pedro Miguel Santos Pontes, Vereador a tempo inteiro. ----------

---------**Secretária:** ----------

---------Dora Maria Marques Loureiro, Técnica Superior do Gabinete de Serviços Integrados da Presidência. ----------

---------**HORA DE ABERTURA:** ----------

---------Eram nove horas e trinta minutos quando, pelo Senhor Presidente, foi aberta a reunião.-----

---------**ANTES DA ORDEM DO DIA:** ----------

---------**Intervenção dos Membros do Executivo**----------

O Senhor Vereador Horácio Ribeiro questionou se relativamente à situação do Covid-19 havia alguma informação atualizada. ----------

O Senhor Presidente informou que quanto à situação do concelho, os dados que tem por parte da autoridade de saúde são muito poucos ou nenhuns, acompanhando, no entanto, os dados da DGS a 14 dias. Informa ter já agendado reunião com a delegada de saúde para a semana seguin-

te e ter já manifestado o seu desagrado à Coordenação Regional para as questões do Covid. ------

---

---------**ORDEM DO DIA**----------

Ponto Um - Apreciação e Votação da Ata número vinte e cinco, de vinte e cinco de novembro de dois mil e vinte e um.----------

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata da reunião, com dispensa da sua leitura, em virtude de o texto da mesma ter sido, nos termos do disposto no número quatro do Decreto-Lei número quarenta e cinco mil trezentos e sessenta e dois, de vinte e um de novembro de 1963, devidamente distribuído a todos os Senhores Vereadores.----------

---

Ponto Dois - Apreciação e Votação da Ata número vinte e seis, de nove de dezembro de dois mil e vinte e um.----------

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata da reunião, com dispensa da sua leitura, em virtude de o texto da mesma ter sido, nos termos do disposto no número quatro do Decreto-Lei número quarenta e cinco mil trezentos e sessenta e dois, de vinte e um de novembro de 1963, devidamente distribuído a todos os Senhores Vereadores.----------

---

Ponto Três - Resumo diário de Tesouraria número duzentos e quarenta e dois, de dezassete de Dezembro de dois mil e vinte e um.----------

Presente à reunião o resumo diário de Tesouraria número duzentos e quarenta e dois, de dezassete de dezembro de dois mil e vinte e um, que apresenta um total de disponibilidades no montante de **3.180.376.54 €** (três milhões, cento e oitenta mil trezentos e setenta e seis euros e cinquenta e quatro cêntimos), sendo **1.857.620,95€** (Um milhão oitocentos e cinquenta e sete mil seiscentos e vinte euros e noventa e cinco cêntimos) em operações orçamentais e **1.322.755,59€** (um milhão trezentos e vinte e dois mil setecentos e cinquenta e cinco euros e cinquenta e nove cêntimos) em operações não orçamentais. ----------

A Câmara toma conhecimento e por unanimidade, delibera ratificar.----------

---

Ponto Quatro - Modificação ao Orçamento do ano de dois mil e vinte e um - alteração número onze. ----------

Presente à reunião a modificação ao orçamento municipal do ano de dois mil e vinte e um – alteração número onze, elaborada em conformidade com o ponto oito ponto três ponto um do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais – que importa tanto nas anulações como nos reforços em trezentos e sessenta e cinco mil quatrocentos e cinquenta euros, a qual foi aprovada por despacho exarado pelo Senhor Vice-Presidente, no âmbito das competências delegadas em reunião de Câmara de vinte e um de outubro de dois mil e vinte e um e subdelegadas por despacho de vinte e um de outubro de dois mil e vinte e um. ----------

A Câmara toma conhecimento. ----------

Ponto Cinco – Modificação às Grandes Opções do Plano para o ano de dois mil e vinte e um e seguintes – alteração número onze. ----------

Presente à reunião a modificação às Grandes Opções do Plano para o quadriénio dois mil e vinte e um e seguintes – alteração número onze – elaborada em conformidade com o ponto oito ponto três ponto dois do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, a qual foi aprovada por despacho exarado pelo Senhor Vice-Presidente, no âmbito das competências delegadas em reunião de Câmara de vinte e um de outubro de dois mil e vinte e um e subdelegadas por despacho de vinte e um de outubro de dois mil e vinte e um. ----------

A Câmara toma conhecimento. ----------

Ponto Seis – Análise, discussão e aprovação da Proposta de Orçamento Municipal, do Plano Orçamental Plurianual e Grandes Opções do Plano (GOP) – (Plano Plurianual de Investimento (PPI) e Atividades Mais Relevantes (AMR)), para o período de dois mil e vinte e dois barra dois mil e vinte e seis nos termos do artigo 46.º, da Lei número 73/2013 de três de setembro na sua atual redação, elaboradas nos termos previstos no número quarenta e seis, do ponto onze da NCP26 do SNC-AP, aprovado pelo Decreto-Lei número 192/2015, de onze de setembro na sua atual redação.----------

Presente à reunião a Proposta de Orçamento Municipal, do Plano Orçamental Plurianual e Grandes Opções do Plano (GOP) – (Plano Plurianual de Investimento (PPI) e Atividades Mais Relevantes (AMR)), para o período de dois mil e vinte e dois barra dois mil e vinte e seis nos termos do artigo 46.º, da Lei número 73/2013 de três de setembro na sua atual redação, elaboradas nos termos previstos no número quarenta e seis, do ponto onze da NCP26 do SNC-AP, aprovado pelo Decreto-Lei número 192/2015, de onze de setembro na sua atual redação.----------

------- O senhor Presidente referiu que o Orçamento e as GOP representam um valor ambicioso, de cerca de vinte e seis milhões e quinhentos mil euros (26.500.000.00€), corporiza aquilo que é a estratégia que pretendemos para o concelho, as prioridades e oportunidades de financiamento externo, conseguido com um conjunto vasto de candidaturas aprovadas. Apesar de o orçamento ser elevado e deste trabalho de "angariação" de financiamento não pode ser descurado o corte anunciado nas transferências do Estado, cerca de oitocentos e oitenta mil euros (880.000.00€). Não obstante, este orçamento garante o equilíbrio orçamental, com uma poupança corrente de cerca de dois milhões de euros (2.000.000.00€), ou seja, prevê canalizar receitas correntes destinando-as a despesas de investimento. Tem uma componente forte de apoio às famílias e ao tecido económico. O turismo, a educação, a regeneração urbana e vias de comunicação, o desenvolvimento económico são as grandes áreas da aposta neste Plano e Orçamento ----------

-------Os senhores Vereadores do Partido Socialista votaram contra com a seguinte declaração de voto: ----------

"São os documentos previsionais de um Concelho que nos dizem quais as prioridades que um dado Executivo pretende acorrer e qual a estratégia política de desenvolvimento económico e social que pretende estabelecer. ----------

Os que são apresentados revelam muito pouco das escolhas do Executivo, sendo pouco ambiciosos e até difíceis de articular com os tempos extraordinários que se vivem e as oportunidades que desaproveitaremos.----------

Por exemplo, do lado da receita, podendo dar um sinal de encorajamento para os cidadãos, aumentando as suas receitas disponíveis, escolheu-se não reduzir a participação do Município no IRS da classe média. Do lado da despesa, optou o Executivo por não fazer inscrever os valores decorrentes das competências descentralizadas, nomeadamente na área da saúde e da educação.----------

Sr Presidente, Srs Vereadores estes documentos previsionais não respondem às necessidades de Castro Daire.----------

Nos próximos 4 anos:----------

- Continuaremos sem responder a todas e a todos os que têm gosto nas áreas da música, representação, dança e artes plásticas, em CDaire;----------
- Continuaremos sem responder às empresas atuais, ou potenciais. Continuaremos sem capacidade de atrair investimento. Sem um serviço que integre as empresas e empreendedores num programa que seja facilitador dos vários investimentos;----------
- Continuaremos sem uma verdadeira resposta ao termalismo em Cdaire.----------

Ainda em resposta à COVID não está previsto qualquer incentivo de apoio aos nossos comerciantes e empresas, numa fase em que era importante o apoio do município.----------

Nos próximos 4 anos, continuaremos com os mesmos problemas de circulação de veículo automóvel em Castro Daire, dificultando a atividade económica dos vários comerciantes e sem que se resolva a questão do estacionamento. ----------

Estes doc previsionais não respondem: ----------

- à nossa economia local, nem ao nosso empreendorismo, não apontando qualquer inovação;----------
- às questões da Ação Social, Natalidade e Saúde;----------

Em súmula, estes documentos revelam pouca ambição e falta de audácia, ainda mais que, como todos sabemos, nos próximos 4 anos Castro Daire deveria estar nos concelhos melhores preparados para aproveitar os três quadros comunitários que teremos disponíveis – o overbooking do Portugal 2020, o PRR e o Portugal 2030. ----------

Infelizmente estes documentos revelam-nos que uma vez mais não teremos essa capacidade. -----

Por tudo o que afirmamos os vereadores do Partido Socialista votam contra os documentos previsionais."----------

---------- O Senhor Presidente responde, referindo que este orçamento já foi muito alavancado em fundos comunitários. No entanto a execução das obras não está fácil, falta mão-de-obra e os materiais encareceram muito. Conseguir executar este orçamento será um salto muito importante

para o concelho. Neste momento está a terminar o PT 2020 e trabalha-se já para o rápido posicionamento face ao 2030. ----------

Refere querer continuar a imprimir a diferença, nomeadamente no que respeita às obras por administração direta, pois por empreitada ficariam num valor muito mais elevado, concretamente o jardim municipal e o centro da vila de Mões. Realçar aqui que queremos também requalificar a Av.ª 25 de Abril e a Quinta das Presas, tenhamos nós a capacidade de executar este Plano e Orçamento.----------

Relativamente à não redução de IRS, aquando da discussão desse assunto já foi referido que se baixou o IRS no ano anterior e este ano se manteve essa opção. Mexer no IRS não é apoiar as famílias mais necessitadas porque essas já não pagam. Para isso foram implementadas outras medidas de apoio, como exemplo, o apoio ao medicamento, pois havia pessoas que não tomavam a medicação porque não tinham dinheiro e com essa medida ultrapassou-se esse problema.--------

Quanto à descentralização de competências, por princípio manifesta-se a favor, mas não estão neste momento reunidas as condições para que o município as possa assumir, pois há falta de transparência sobre os valores em causa, dando como exemplo os valores das rendas que a ARS paga nas extensões de Parada de Ester e Mões e os que o Estado propõe transferir para o município, manifestamente muito inferiores, pelo que facilmente se percebe que será muito penoso para o Município sendo necessária transparência neste processo. ----------

No que respeita às questões culturais refira-se o projeto no âmbito da promoção do sucesso educativo, a Orquestra Hope, a parceria com o Teatro Montemuro, na escola de atores, o investimento recente no cinema do auditório, projetos estes que contribuem para aumentar a qualidade de vida.

Relativamente à atratividade das empresas, refere que quando iniciou estas funções, não tinha no concelho um único metro quadrado em zona Industrial, o que rapidamente ficou resolvido e que resultou na ampliação e instalação de novas empresas. Criaram também a zona industrial na zona sul do concelho. Foi aprovado o Código Fiscal do Investidor, a revisão da tabela de taxas e licenças está em curso, tornando-a mais amiga do investidor. O desenvolvimento económico é igualmente um dos vetores fundamentais e que está incluído no Plano. O Estacionamento também está incluído e tem uma rubrica própria. ----------

No que concerne a apoio a comerciantes e empresas nesta fase de Covid, o Senhor Presidente refere que neste momento está a decorrer a medida "Descontos de Natal", que apoia os comerciantes e também as famílias, referindo também o Programa Estímulo Inovação.----------

Refere também a importância que assume estar nos centros de decisão, como a Vice presidência da CIMVDL, o Conselho de Administração da AIRC e do Planalto Beirão, permitindo ter informação atempada que permite ao município um melhor posicionamento, salientando também a participação na Associação de Municípios da Rota da EN2, na Federação Portuguesa do Caminho de

Santiago e na Adrimag. Reforçou ainda que em termos empresariais, o concelho de Castro Daire passou a ser um dos concelhos que mais candidaturas tiveram, fruto também do trabalho de reforço e capacitação do tecido empresarial que o município tem desenvolvido. ----------

A Câmara, por maioria, com dois votos contra dos Vereadores do Partido Socialista, delibera: ----------

-------- ***a) Aprovar***;----------

-------- ***b) Enviá-los, à Assembleia Municipal, em conformidade com o disposto na alínea c) do número um do artigo 33.º do Anexo à Lei número 75/2013 de doze de setembro na sua atual redação, para apreciação e aprovação nos termos previstos no artigo 25.º do número um alínea a).***----------

---

Ponto Sete – Análise, discussão e aprovação da proposta de Mapa de pessoal para o exercício de dois mil e vinte e dois.----------

Presente à reunião a proposta de Mapa de pessoal para o exercício de dois mil e vinte e dois.-----

------ O senhor Vereador Horácio Ribeiro questionou se o mapa de pessoal refletia já alguma transferência de competências. ----------

------ O senhor Presidente referiu que este mapa de pessoal permite já alguma flexibilidade no entanto não reflete a questão da transferências de competências pois, neste momento, não se sabe exatamente o que iremos ter transferido, dando a título de exemplo, a questão do Centro de Saúde, cujo funcionamento já está a ser assegurado também com pessoal colocado pelo *Município.* ----------

A Câmara, por unanimidade, delibera:----------

------- ***a) Aprovar***;----------

-------- ***b) Enviar, à Assembleia Municipal, nos termos dos artigos 28.º, 29.º, 30.º e 31.º, da Lei número 35/2014 de vinte de junho, na sua atual redação (LTFP), conjugada com a alínea o), do número um, do artigo 25.º, do Anexo à Lei número 75/2013 de doze de setembro na sua atual redação e alínea a), do número dois, do artigo 3.º do Decreto-Lei número 209/2009 de três de setembro na sua atual redação.***----------

---

Ponto Oito – Reposição do Fundo de Maneio.----------

Nos termos do disposto no artigo 5.º do Regulamento de Constituição e Regularização de Fundo de Maneio, aprovado na reunião de vinte de janeiro de dois mil e três, a Câmara, por unanimidade delibera proceder à reposição do fundo de maneio, cujo montante é de setecentos euros à guarda das Tesoureiras e seiscentos euros à guarda do Encarregado Geral.

Ponto Nove – Estabelecimento Termal – Informação número dez mil cento e trinta e três, relativa a Informações gerais – Atividade Termal 2022 ----------

Presente à reunião a informação número dez mil cento e trinta e três de dezassete de dezembro de dois mil e vinte e um, prestada pela Técnica Superior do Estabelecimento Termal, relativa Informações gerais – Atividade Termal 2022. ----------

----- O Senhor Vereador Pedro Pontes refere que esta é a informação genérica que anualmente é presente a este órgão e que prevê as situações de atribuição de vouchers a gerir ao longo do ano. Esta medida veio combater a sazonalidade a que as termas estavam votadas, pois estes vouchers são destacadas para época baixa, rentabilizando os recursos. Deu exemplo da iniciativa de âmbito nacional – De Lès-a-Lés – onde se atribuíram vouchers e que os mesmos foram utilizados. Para além da promoção às termas, os eventos realizados também são valorizados. ----------

----- O Senhor Presidente refere que quando iniciou estas funções se verificava que muitas pessoas, inclusive do concelho, nem sequer conheciam as termas. Com estas campanhas pretende-se dar a conhecer as termas e fidelizar, existindo outras estratégias direccionadas a mercados externos. Com estas mediadas estamos a investir para colher frutos no futuro, isto é, fazer crescer, atrair e fidelizar. È um investimento e o retorno virá à posteriori. De registar que, em 2019, último ano completo (sem pandemia) as Termas do Carvalhal registaram um crescimento significativo em termos do aumento do número de clientes bem como de faturação, superior a vinte e cinco por cento (25%). ----------

----- Os senhores Vereadores do Partido Socialista votaram pela aprovação deste ponto efetuando a seguinte declaração de voto: ----------

"Da informação prestada consta que a atividade termal é uma *«atividade dinâmica em que é necessário estar-se constantemente a reinventar-se para obter o maior rendimento da mesma»*. No entanto no que às atividades propostas não se vislumbra de novo. E também não se entende porque motivo a informação é desacompanhada de uma análise financeira do impacto das propostas na despesa do Centro Termal e desacompanhada de informações essenciais para se avaliar das mesmas (n.º médio de funcionários, nos últimos 3 anos, valor médio das despesas com pessoal e outros custos fixos dos últimos 3 anos, valor médio das receitas no mesmo período de tempo)." ----------

A Câmara, após análise e discussão do assunto por, unanimidade, delibera aprovar.----------

---

Ponto Dez – Estabelecimento Termal – Informação número dez mil quatrocentos e sessenta e dois, relativa a proposta de alteração de preços para dois mil e vinte e dois. ----------

Presente à reunião a informação número dez mil quatrocentos e sessenta e dois, de dezassete de dezembro de dois mil e vinte e um, prestada pela Técnica Superior do estabelecimento Termal, relativa a proposta de alteração de preços para dois mil e vinte e dois. ----------

A Câmara, após análise e discussão do assunto por, unanimidade, delibera aprovar.----------

---

Ponto Onze - Divisão dos Serviços Municipais Integrados (DSMI) – Informação número dez mil quatrocentos e quarenta e quatro, de dezassete de dezembro de dois mil e vinte e um, relativa ao Projeto + Igual – Proposta de Termos de Funcionamento da Equipa para a Igualdade na Vida Local - EIVL. ----------

Presente à reunião a informação número dez mil quatrocentos e quarenta e quatro, de dezassete de dezembro de dois mil e vinte e um, prestada pela Técnica Superior do Serviço de Ação Social, relativa ao Projeto + Igual – Proposta de Termos de Funcionamento da Equipa para a Igualdade na Vida Local - EIVL. ----------

------ A Senhora Vereadora Idália Ribeiro informou que esta proposta vem na sequência do Protocolo de colaboração estabelecido com a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género. Informou ainda da constituição da equipa e que a mesma se regerá pelos termos de funcionamento ali presentes para a devida aprovação. ----------

A Câmara, após análise e discussão do assunto, por unanimidade, delibera:----------

----- a) aprovar e ----------

----- b) Enviar à Assembleia Municipal para conhecimento. ----------

---

Ponto Doze - Divisão de Planeamento, Urbanismo e Ordenamento do Território - Informação número dez mil quatrocentos e catorze, de dezassete de dezembro de dois mil e vinte e um - Proposta de Constituição da Comissão de Vistoria para Concessão de Autorização de Utilização. ----------

Presente à reunião a informação número dez mil quatrocentos e catorze, de dezassete de dezembro de dois mil e vinte e um, prestada pelo Chefe de Divisão, em regime de substituição, Arq.to Pedro Salvador, relativa a Proposta de Constituição da Comissão de Vistoria para Concessão de Autorização de Utilização. ----------

A Câmara, após análise e discussão do assunto por, unanimidade, delibera aprovar. ----------

---

Ponto Treze - Divisão de Planeamento, Urbanismo e Ordenamento do Território - Informação número dez mil quatrocentos e vinte, de dezassete de dezembro de dois mil e vinte e um - Proposta de Constituição da Comissão de Vistoria para Propriedade Horizontal. ---------

Presente à reunião a informação número dez mil quatrocentos e vinte, de dezassete de dezembro de dois mil e vinte e um, prestada pelo Chefe de Divisão, em regime de substituição, Arq.to Pedro Salvador, relativa a Proposta de Constituição da Comissão de Vistoria para Propriedade Horizontal. ----------

A Câmara, após análise e discussão do assunto, por unanimidade, delibera aprovar. ----------

---

Ponto Catorze - Divisão de Planeamento, Urbanismo e Ordenamento do Território - Informação número dez mil quatrocentos e vinte e cinco, de dezassete de dezembro de dois mil e vinte e um – Proposta de Constituição da Comissão de Vistoria para Receção Provisória e Definitiva de Obras de Urbanização. ----------

Presente à reunião a informação número dez mil quatrocentos e vinte e cinco, de dezassete de dezembro de dois mil e vinte e um, prestada pelo Chefe de Divisão, em regime de substituição, Arq.to Pedro Salvador, relativa a Proposta de Constituição da Comissão de Vistoria para Receção Provisória e Definitiva de Obras de Urbanização.----------

A Câmara, após análise e discussão do assunto, por unanimidade, delibera aprovar. ----------

---

Ponto Quinze - Divisão de Planeamento, Urbanismo e Ordenamento do Território - Informação número dez mil quatrocentos e vinte e seis, de dezassete de dezembro de dois mil e vinte e um – Proposta de Constituição da Comissão de Vistoria para Dever de Conservação do Edificado. ----------

Presente à reunião a informação número dez mil, quatrocentos e vinte e seis, de dezassete de dezembro de dois mil e vinte e um, prestada pelo Chefe de Divisão, em regime de substituição, Arq.to Pedro Salvador, relativa a Proposta de Constituição da Comissão de Vistoria para Dever de Conservação do Edificado. ----------

A Câmara, após análise e discussão do assunto, por unanimidade, delibera aprovar. ----------

---

Ponto Dezasseis – Divisão de Obras Municipais e Ambiente – Informação número vinte e um barra dois mil e vinte e um, de vinte e nove de março de dois mil e vinte e um relativa a "Empreitada dos sistemas de drenagem e tratamento de águas (SAR) Residuais do Município de Castro Daire". ----------

Presente à reunião a informação número vinte e um barra dois mil e vinte e um de vinte e nove de março de dois mil e vinte e um, prestada por técnicos superiores da DOMA, relativa a "Empreitada dos sistemas de drenagem e tratamento de águas (SAR) Residuais do Município de Castro Daire"

A Câmara, após análise e discussão do assunto, por unanimidade, delibera aprovar. ----------

---

Ponto Dezassete – Divisão de Obras Municipais e Ambiente – Informação número sessenta e seis barra dois mil e vinte e um, de seis de julho de dois mil e vinte e um, relativa a "Empreitada dos sistemas de drenagem e tratamento de águas (SAR) Residuais do Município de Castro Daire – Instalações Elétricas". ----------

Presente à reunião a informação número sessenta e seis barra dois mil e vinte e um, de seis de julho de dois mil e vinte e um, prestada por técnico superior da DOMA, relativa a "Empreitada dos sistemas de drenagem e tratamento de águas (SAR) Residuais do Município de Castro Daire – Instalações elétricas". ----------

A Câmara, após análise e discussão do assunto, por unanimidade, delibera aprovar. ----------

---

Ponto Dezoito – Divisão de Obras Municipais e Ambiente – Informação número cento e vinte e três de vinte e dois de outubro de dois mil e vinte e um, relativa a "Empreitada dos sistemas de drenagem e tratamento de águas (SAR) Residuais do Município de Castro Daire – Instalações Elétricas". ----------

Presente à reunião a informação número Informação número cento e vinte e três de vinte e dois de outubro de dois mil e vinte e um, prestada por técnicos superior da DOMA, relativa a "Empreitada dos sistemas de drenagem e tratamento de águas (SAR) Residuais do Município de Castro Daire – Instalações elétricas". ---------- ---------- ----------

A Câmara, após análise e discussão do assunto, por unanimidade, delibera aprovar. ----------

---

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. ----------

---------Em conformidade com o disposto no número dois, do artigo 49.º do Anexo I à Lei número 75/2013, de doze de setembro e de acordo com os números um e dois do artigo 8.º do Regimento

da Câmara Municipal, aprovado na Reunião Ordinária de catorze de dezembro de dois mil e dezassete, há um período para intervenção do público, com a duração até sessenta minutos, durante o qual a Câmara Municipal prestará os esclarecimentos que lhe forem solicitados. ----------

---------Também, em conformidade com o disposto no número seis, do já referido artigo 49.º, do Anexo I à Lei número 75/2013, de doze de setembro, é feita uma referência sumária às eventuais intervenções do público na solicitação de esclarecimentos e às respostas dadas.----------

---------Nesta reunião não se registou a presença de público. ----------

APROVAÇÃO EM MINUTA DA ATA DA REUNIÃO: Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a ata em minuta no final da reunião, para produção de efeitos imediatos e eficácia externa, nos termos do número três e para efeitos do disposto no número quatro, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei número 75/2013, de doze de setembro. ----------

--------- ----------

HORA DE ENCERRAMENTO: E nada mais havendo a tratar, eram onze horas e trinta minutos quando o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião. ----------

--------- ----------

---------E eu, *Dora Maria Marques Loureiro*, Técnica Superior do Gabinete Integrado de Serviços da Presidência, elaborei a presente ata, que também assino, de acordo com o número 2 do artigo 57º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O PRESIDENTE,

-Paulo Martins de Almeida-

A SECRETÁRIA,

-Dora Maria Marques Loureiro-